

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 693 - Brasília, quarta-feira, 20 de maio de 1998

Prefeitos de todo o país pedem reforma tributária

Prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, reunidos em Brasília para a Marcha em Defesa do Município, entregaram ontem ao vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (foto), documento com as suas reivindicações. O senador recebeu o grupo no Auditório Petrólio Portella, elogiou a mobilização e defendeu uma mudança na realidade fiscal e tributária. **Página 6**



Congresso tenta saída para greve nas universidades

Senadores e deputados entregaram ao presidente da República em exercício, Antonio Carlos Magalhães (foto), um abaixo-assinado pedindo que ele assuma o papel de mediador na greve dos professores universitários, que já dura 46 dias. Os senadores José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy acreditam que ACM pode ajudar na reabertura das negociações com o Ministério da Educação, evitando

radicalizações. No plenário, também o senador Josaphat Marinho pediu que a Mesa do Senado atue na mediação da greve, que atinge 52 universidades. Guilherme Palmeira, ao analisar as consequências do movimento, afirmou que somente a autonomia poderá solucionar o problema vivido hoje pelas instituições de ensino superior. Joel de Hollanda debateu a questão com um grupo de estudantes. **Página 8**

Senado aprova empréstimo para obras contra a seca

Construção de barragens e açudes no sertão terá US\$ 198 milhões do Banco Mundial

O governo federal contará com mais US\$ 198 milhões para realizar obras contra a seca no Nordeste. O plenário do Senado autorizou ontem à tarde a contratação de empréstimo junto ao Banco Mundial, para custear a construção de barragens e açudes

no sertão, dentro do Programa de Recursos Hídricos do Semi-Árido Brasileiro (Proágua). Em regime de urgência, a CAE havia aprovado o pedido de manhã. O Proágua envolve os nove estados do Nordeste e Minas Gerais. **Página 3**

Frota oficial terá que usar álcool

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado aprovou ontem o projeto de lei da Câmara dos Deputados que prevê a substituição, no prazo de cinco anos, da frota oficial de veículos por automóveis movidos a combustíveis renováveis, como o álcool. O projeto já passou pela Comissão de Assuntos Sociais e ainda será submetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, antes de chegar ao plenário. **Página 4**

Plenário vota hoje o fim da guerra fiscal

O plenário do Senado votará hoje, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional de iniciativa do senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA) que objetiva acabar com a chamada "guerra fiscal" entre os estados. A expressão é utilizada para se referir à concessão de incentivos e outros benefícios para atração de empresas. A emenda autoriza os senadores a votarem resolução contendo as condições para que os estados ofereçam tais incentivos.

Em sua justificativa, Waldeck Ornelas afirma que a guerra fiscal tem prejudicado os estados mais pobres, que, na ânsia de atrair empresas, aumentam suas ofertas, mesmo que não tenham condições financeiras para isso.

Discutida durante meses na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta acrescenta um inciso ao artigo 155 da Constituição, prevendo que a futura resolução do Senado estipulará as situações em que os estados poderão conceder anistia, isenção,

remissão, moratória, crédito presumido, devolução de tributos ou qualquer outra espécie de benefício em favor de alguma empresa. A matéria recebeu parecer favorável do relator na CCJ, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Também na sessão de hoje, o plenário discutirá projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego e concede incentivos tributários às empresas que oferecerem o primeiro emprego a jovens de 14 a 18 anos.

Agenda do Dia

1º VICE-PRESIDENTE
Senador Geraldo Melo

10h - Despacho interno

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Votação em primeiro turno da "PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS. "Requerimento nº 988/97, do senador Beni Veras, solicitando que, sobre a Emenda da Câmara ao PLS nº 146/92, que dispõe sobre a inclusão do vale do Jequitinhonha, em Minas Geraes, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, seja ouvida a CCJ, discussão em turno único ao "PLS nº 146/92, que dispõe sobre a inclusão do vale do Jequitinhonha na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, discussão em turno único do "PLS nº 142/95, que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - Pepe, discussão em turno único do "PLS nº 143/95, que concede incentivo tributário ao empregador participante do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - Pepe, discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 28/98, que autoriza o estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de refinanciamento de sua dívida, consubstanciada no contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 1997, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; "Requerimento nº 153/98, do senador Pedro Simon, solicitando a criação de uma comissão interna, composta por onze membros, para, no prazo de 120 dias, estudar as causas do desemprego e do subemprego no Brasil; "Requerimento nº 160/98, do senador Waldeck Ornelas, solicitando a criação de comissão especial temporária, com a finalidade de promover estudos tendo em vista o exame de proposta de reforma tributária, a ser integrada por onze senadores titulares e onze suplentes, tendo prazo de funcionamento até 15 de dezembro de 1998; "Requerimento nº 268/98, do senador Djalma Falcão, solicitando a constituição de uma comissão externa do Senado Federal, composta de nove membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de noventa dias, promover uma verificação in loco dos efeitos produzidos pela atual seca que assola o Nordeste do Brasil; "Requerimento nº 297/98, do senador Ney Suassuna, solicitando a criação de uma comissão especial, composta de cinco membros, para, no prazo de trinta dias, inspecionar, in loco, a distribuição de cestas básicas e de água, bem como o cadastramento, alistamento e a operacionalização das frentes de trabalho, nos estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Alagoas e Bahia; "Requerimento nº 323/98, do senador Sérgio Machado, solicitando a criação de comissão senatorial temporária para acompanhar as ações emergenciais e elaborar um plano de medidas permanentes a serem adotadas junto às

áreas atingidas pelas secas no Nordeste; "Parecer nº 217/98, sobre mensagem em que o Presidente da República submete à aprovação do Senado o nome de Carlos Alberto Marques Soares para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar; "Mensagem nº 106/98, em que o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome de Marcos Camacho de Vincenzi para exercer a função de embaixador do Brasil junto a Colômbia; e "Mensagem nº 126/98, em que o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome de Marco Cesar Meira Naslauskys, para exercer a função de embaixador do Brasil junto a Santa Sé e, cumulativamente, exercer a de embaixador junto à Ordem Soberana e Militar de Malta

19h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "MP nº 1.660, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - Gódt, para os ocupantes dos cargos efetivos de nível intermediário da carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia; PLN nº 6/98, que abre ao Orçamento de Investimento, em favor das empresas Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. e Petrobras Fertilizantes S.A., crédito especial até o limite de R\$ 847.386.099,00, para os fins que especifica; "PLN nº 7/98, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito - Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, crédito especial até o limite de R\$ 847.495.130,00, e "PRN nº 2/98, que ratifica a Declaração Constitutiva do Fórum dos Parlamentares de Língua Portuguesa (FPLP). **PLENÁRIO DA Câmara dos Deputados**

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Lançamento da publicação "Operação Milos Limpas, elaborada pelo senador Pedro Simon. Sala 3 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 7/98, que dispõe sobre a periodicidade de recolhimento das contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; "PLC nº 78/91, que dispõe sobre a regulamentação da atividade de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos; "PLS nº 328/95, que dispõe sobre a movimentação das contas individualizadas do FGTS, pelos servidores públicos, quando houver mudança de regime jurídico; "PLS nº 332/95, que dispõe sobre a criação de comissões intersindicais de conciliação - CICS; "PLS nº 253/96, que exclui das restrições impostas à utilização da Mata Atlântica o perímetro urbano dos municípios situados nas áreas por ela abrangidas; "PLS nº 213/97, que dispõe sobre o benefício previdenciário complementar às vítimas e aos dependentes dos motoristas profissionais de veículos automotores de carga ou de passageiros, decorrente de acidente de trânsito; e "PLS nº 240/97, que acrescenta parágrafo e altera redação do inciso I, do artigo 482, da CLT, relativo ao abandono de emprego. Sala 9 - Ala Senador Alexandre Costa

Última MP da reforma vai a votação no Congresso

O Congresso Nacional reúne-se hoje, a partir das 19 horas, para votar a Medida Provisória nº 1.660, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia (GDCT) para os ocupantes dos cargos efetivos de nível intermediário da carreira de gestão, planejamento e infra-estrutura em ciência e em tecnologia.

Também deverão ser votados os Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 6/98 e 7/98, que autorizam o Poder Executivo a abrir créditos especiais em favor da

empresa Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., no valor de R\$ 847,3 milhões; e a contratar operações oficiais de crédito, com recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda, no valor total de R\$ 847,4 milhões.

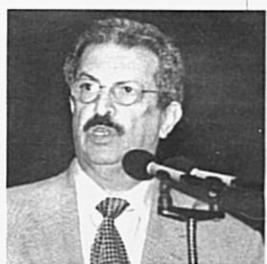
A pauta ainda prevê a votação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional (PRN) nº 02/98, que ratifica a Declaração Constitutiva do Fórum dos Parlamentares de Língua Portuguesa, assinada em Lisboa em 21 de março de 1998.

Tuma destaca recuperação da cafeicultura brasileira

Após uma derrocada nacional e mundial da economia cafeeira, entre 1989 e 1993, nos últimos anos pode-se falar, conforme destacou ontem o senador Romeu Tuma (PFL-SP), numa "verdadeira redefinição da cultura cafeeira". As estimativas para a safra 1998/1999, divulgadas pelo Conselho Deliberativo da Política do Café, sinalizam para uma colheita de 31,17 milhões de sacas de 60 quilos de café beneficiado, sendo que fontes mais otimistas acreditam que essa safra poderá atingir 40 milhões de sacas, disse ele.

Na opinião do senador, os dados são relevantes pela importância do setor no conjunto da economia do país. Com 3,26 bilhões de pés ocupando uma área de 1,79 milhão de hectares, distribuídos em 210 mil propriedades localizadas em 1.850 municípios de dez estados, o setor cafeeiro gera, atualmente, um milhão de empregos diretos e 3 milhões de postos de trabalho indiretos, acrescentou Tuma.

O café também voltou a ter importante participação na balança comercial, sendo responsável, em 1997, por US\$ 3,1 bilhões das exportações, o correspondente a 5,84% do valor total de US\$ 53



Tuma: safra de 31 milhões de sacas

bilhões, informou o senador. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior, "o café em grão representou, em 1997, 18,97% das vendas externas de todos os produtos básicos, que incluem minério de ferro, soja em grão e farelo de soja, fumo, carnes em geral e vários outros itens que somaram US 14,5 bilhões", disse.

A redefinição do setor cafeeiro ocorreu, segundo Romeu Tuma, devido à criação de uma associação dos países produtores, que impediu o sucateamento da cultura e garantiu, por meio da manutenção de estoques adequados à demanda, preços remuneradores do produto no mercado internacional.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes do Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helivaldo Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalma Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuzza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

CE debate controle do acesso à biodiversidade

Projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que cria instrumentos para controlar o acesso à biodiversidade do país está entre as 13 matérias previstas na pauta da reunião de hoje, a partir das 17h30, da Comissão de Educação, presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ). A proposta obteve parecer favorável do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que elaborou substitutivo ao projeto original.

Também na área de meio ambiente, a comissão deliberará, em caráter não terminativo, sobre projeto do deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP) que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, com parecer favorável de Joel de Hollanda (PFL-PE).

Da pauta, quatro projetos serão apreciados em caráter terminativo pela comissão. Um deles, de Pedro Simon (PMDB-RS) e com parecer favorável de Lauro Campos (PT-DF), cria um serviço de atendimento ao público nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Outro, apresentado por Waldeck Ornelas (PFL-BA) e relatado favoravelmente por Joel de Hollanda, estabelece critérios para a aplicação dos recursos oriundos do crédito educativo.

O terceiro projeto a ser apreciado em caráter terminativo pela comissão, de autoria de Lúcio Alcântara (PSDB-CE), com parecer favorável de Marina Silva, dispõe sobre educação à distância. Finalmente, conforme projeto de Abdias Nascimento (PDT-RJ), relatado por Lúcio Alcântara, a comissão decidirá se inscreve os nomes de João de Deus Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira, Luiz Gonzaga dos Virgens e Lucas Dantas Torres — líderes da Conjuração Baiana de 1798 — no "Livro dos Heróis da Pátria".



Marina é autora do projeto

Pedido do governo federal para tomar US\$ 198 milhões junto ao Banco Mundial foi votado pela manhã na CAE e à tarde, em regime de urgência, no plenário

Senado aprova empréstimo externo para combater a seca

O plenário do Senado aprovou ontem pedido do governo federal para tomar um empréstimo de US\$ 198 milhões junto ao Banco Mundial, destinado a custear a construção de barragens, açudes e outras obras de combate às secas no Nordeste, dentro do Programa de Recursos Hídricos do Semi-Árido Brasileiro (Proágua). O pedido havia sido apreciado pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e foi votado pelo plenário, à tarde, em regime de urgência, com apoio de todos os partidos.

A CAE concordou com o parecer favorável ao pedido de financiamento, apresentado pelo relator, senador Bello Parga (PFL-MA). Ele ponderou que o Proágua objetiva promover o uso



Parga deu parecer favorável, destacando importância do Proágua

racional e sustentável dos recursos hídricos do Brasil, sobretudo no Nordeste, ampliando a oferta de água de boa qualidade para o semi-árido do país. O programa envolve os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco,

Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais.

Para dar parecer favorável à matéria, o relator baseou-se em pareceres favoráveis da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central

do Brasil e da Secretaria do Tesouro Nacional. "A questão dos recursos hídricos, se é importante para qualquer nação ou espaço, afigura-se vital para o Nordeste brasileiro, ainda mais neste momento, quando a seca castiga o semi-árido", comentou Parga.

Mesmo considerando que gostaria de aprovar a liberação de verbas para o combate à seca do Nordeste, o senador Lauro Campos (PT-DF) foi contrário à matéria, na CAE. Ele justificou sua posição afirmando que o aumento da dívida externa é ruim para o Brasil. "O mundo todo sabe que, em um curto espaço de tempo, esse tipo de endividamento traz consequências danosas para o país", explicou.

Crédito francês viabilizará usina gaúcha

O Senado aprovou ontem resolução que torna mais próxima a concretização de um projeto iniciado há 17 anos, quando a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), do Rio Grande do Sul, encomendou a grupos franceses equipamentos para construir a usina termelétrica de Candiota III. Os senadores concordaram que a União tome um empréstimo na França, equivalente a cerca de R\$ 84 milhões, destinado a pagar os equipamentos estocados em território francês e a bancar gastos com armazenagem, seguro, multas, juros e fretes.

Depois que fez a encomenda, a



Amin recomendou aprovação

CEEE enfrentou dificuldades financeiras e não pôde pagar nem receber os equipamentos, criando inclusive atritos comerciais e diplomáticos entre os dois países. Com

o compromisso do governo gaúcho de privatizar seu sistema de energia elétrica (já efetivado em parte), a União resolveu assumir a dívida ligada a Candiota III; a usina deverá ser instalada pelo grupo privado que comprar parte do sistema de geração de energia da CEEE.

A autorização do empréstimo foi recomendada pelo relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Espíndola Amin (PPB-SC). Ele lembrou que um grupo de trabalho do governo estudou a situação longamente e recomendou que a União assumisse a dívida, o que foi autorizado por uma lei já votada pelo Congresso.

Paraná autorizado a rolar dívida mobiliária

O estado do Paraná já pode rolar no mercado sua dívida mobiliária que vence neste semestre, conforme projeto de resolução aprovado ontem pelo plenário do Senado.

A resolução determina que o governo paranaense deverá en-

caminhar ao Senado, para exame pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), toda a documentação referente à oferta de títulos emitidos com base nessa autorização, bem como toda a cadeia de emissões desde a origem da dívida.

Por sua vez, de acordo com a resolução, o Banco Central terá de encaminhar ao Senado, até o décimo dia de cada mês, todos os registros de compra e venda, efetuados no mês anterior, em todas as modalidades, dos títulos emitidos pelo Paraná.

Volta a gratificação por dedicação exclusiva

Servidores do governo federal da área de ciência e tecnologia, de níveis intermediário e superior, poderão continuar recebendo a Gratificação de Desempenho de Atividade, desde que tenham dedicação exclusiva. O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei restabele-

cendo a exigência da dedicação integral, porque o presidente da República havia vetado parcialmente o texto do projeto de conversão da medida provisória sobre o assunto, votada há poucos dias pelo Congresso.

O relator do projeto no Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), expli-

cando ao plenário que o presidente da República vetou parcialmente o projeto de conversão da MP que estabeleceu a gratificação porque o Congresso, ao retirar da matéria a expressão "dedicação exclusiva", criou despesas para a União, o que é iniciativa exclusiva do Executivo.

CAS aprecia pauta com 12 itens

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senador Ademir Andrade (PSB-PA), convocou reunião ordinária a realizar-se hoje, às 10h, para apreciação de uma pauta de 12 itens. Entre eles, encontra-se o projeto do deputado Paulo Paim que dispõe sobre a regulamentação da atividade de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos.

O primeiro item da pauta é o projeto do deputado Arnaldo Madeira que dispõe sobre a periodicidade de recolhimento das contribuições previdenciárias. O parecer do relator, Djalma Bessa (PFL-BA), é pela aprovação. Também tem parecer favorável o projeto de lei que dispõe sobre a movimentação das contas individualizadas do FGTS, pelos servidores públicos, quando houver mudança de regime jurídico. O projeto é relatado por Benedita da Silva (PT-RJ). Aguardam ainda votação projetos do senador Arlindo Porto (PTB-MG), sobre a criação de comissões intersindicais de conciliação, e de Odacir Soares (PTB-RO), criando o conselho federal e os conselhos regionais dos técnicos agrícolas e industriais. Também deverá ser votado projeto do senador Gilberto Miranda sobre negociação coletiva de direitos previstos na CLT.

Mauro espera solução para banco goiano

Uma solução rápida para a liquidação do único banco privado de Goiás, o Banco Brasileiro Comercial (BBC). Foi o apelo feito ontem pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO). A liquidação extra-judicial do banco foi decretada na última sexta-feira pelo Banco Central.

O senador declarou que o andamento da decisão do Banco Central inviabilizou as negociações para que o BBC se associasse a um banco estrangeiro. Comisso, 700 trabalhadores do banco estão ameaçados de perder seus empregos e os pequenos investidores correm o risco de percorrer "um longo calvário" para recuperar seus depósitos.

Mauro Miranda direcionou seu apelo ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, e ao presidente do Banco Central, Gustavo Franco. Ele pediu que essas autoridades garantam "uma solução de mercado que não prejudique nem os empregados nem os investidores do BBC".

— Não queremos nada que não seja eticamente correto. O que queremos é a conclusão rápida das ações de liquidação, e o encaminhamento de negociações para a absorção do BBC por outro grupo — afirmou o senador, lembrando que o atual governo tem demonstrado muito respeito e consideração para com o povo goiano.

Delfim fala de economia hoje na TV

Usar o déficit público para financiar o consumo é um desastre para a economia. Foi o que afirmou o deputado Delfim Netto no programa *Agenda Econômica* da TV Senado. Para o deputado, o correto seria utilizar os recursos em investimentos, estimulando o crescimento e reduzindo o desemprego, que, segundo Delfim, tem sido o suporte do Real.

No programa, que vai ao ar hoje às 8h e às 10h, o deputado também critica o câmbio valorizado. Participam do debate os jornalistas Helival Rios e Cláudia Safatle.

Projeto determina que governo deverá, no prazo de cinco anos, utilizar somente carros movidos a combustíveis renováveis

Comissão aprova troca da frota oficial por veículos a álcool

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável a projeto de lei da Câmara que determina a substituição gradual da frota oficial de veículos por automóveis movidos a combustíveis renováveis, como o álcool.

O projeto passou anteriormente pela Comissão de Assuntos Sociais e será submetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, antes de ser enviado a votação no plenário.

A frota oficial, conforme a proposição, deverá ser renovada em cinco anos. E todos os veículos leves, de motores com capacidade volumétrica superior a mil centímetros cúbicos, adquiridos por deficientes físicos mediante incentivos fiscais ou outro tipo de subvenção econômica, também deverão utilizar combustíveis renováveis.

— Esse projeto vai incrementar e



Comissão acredita que o projeto deverá incrementar a produção de álcool no país

incentivar a produção de álcool no país, o que será muito importante para a economia nacional. A tecnologia brasileira do álcool é imbatível e é preciso incentivar o uso desse combustível — disse o relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que deu parecer favorável ao projeto.

O projeto também cria incentivo ao uso do álcool ao determinar que financiamentos ou consórcios para

a aquisição de veículos movidos a combustíveis renováveis deverão ter prazo pelo menos 50% superior ao estabelecido para outros veículos que utilizem combustíveis não-renováveis, como a gasolina.

Em seu artigo terceiro, o projeto amplia os benefícios da Lei 8.989, concedendo isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis também para os representantes comerciais.

Amorim critica informações de ministro sobre Planaflo

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse ontem que voltará a encaminhar ao ministro do Planejamento, Paulo Piva, requerimento de informações sobre a aplicação de recursos do Banco Mundial para o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planaflo).

Na sua opinião, a resposta apresentada pelo ministro — "um me-



Amorim: "evasivas"

morando da Secretaria Especial de Políticas Regionais, encaminhando documentos apresentados pela coordenação estadual do Planaflo" — contém "informações incompletas, evasivas".

Apesar disso, o senador afirmou ter verificado, nas respostas, que o governador Valdir Raupp propôs a construção de uma rodovia "já financiada pelo

próprio ministério, através do Convênio 011/97, da Suframa".

Amorim destacou ter encaminhado o requerimento de informações relativo ao Planaflo a partir de várias denúncias que recebeu. Quanto a outras acusações contra o governador, algumas delas tramitando na Justiça, o senador informou que, em audiência que terá com o chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, solicitará investigação competente e providências.

Cabral apela pela Eletronorte

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) apelou ontem aos ministros da Fazenda, do Planejamento, da Casa Civil e da Indústria, do Comércio e do Turismo para que o Conselho Nacional de Desestatização fixe em 70% o deságio sobre o preço mínimo do leilão da Eletronorte, como forma de viabilizar a participação do Clube de Investimento e Participação dos Empregados da Eletronorte (Investinorte), que representa cinco mil funcionários da ativa e aposen-

tados.

Cabral leu carta da Investinorte explicando que o deságio de 70% sobre o preço mínimo do leilão já foi consagrado por todas as privatizações anteriores, porque viabiliza a compra das ações pelos empregados.

O senador explicou que os empregados só podem adquirir ações da empresa privatizada mediante financiamento do BNDES e que



Cabral leu carta

a única garantia possível para o financiamento são as próprias ações. Por isso, o valor das ações dadas como garantia deve ser de duas vezes o valor do financiamento, no mínimo.

Bernardo Cabral lembrou que foi de 70% o deságio estabelecido para os empregados nas privatizações das empresas Açominas, Petroflex, Fosfertil, Cosipa e Usi-

Amazonas terá crédito da CEF

O estado do Amazonas poderá receber da Caixa Econômica Federal (CEF) crédito de R\$ 120 milhões para a quitação das dívidas flutuantes do governo existentes em novembro de 1995.

O parecer favorável ao empréstimo foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e faz parte do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. A matéria vai à deliberação do plenário.

O parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS), favorável à solicitação do Amazonas, levou em consideração relatório técnico do Banco Central afirmando que o estado não tem dívidas junto às instituições do sistema financeiro nacional e está de acordo com as condições estipuladas pela Resolução 69/95 do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados.

A CAE também aprovou o contrato de confissão e refinanciamento de dívidas do Amazonas, celebrado com a União em março passado.

PRECATÓRIOS

A CAE acolheu também parecer favorável do relator ao pedido da prefeitura de São Bernardo do Campo para emitir títulos destinados ao pagamento de parcelas de precatórios judiciais de 1996. O valor total dos títulos foi reduzido de cerca de R\$ 143 milhões para R\$ 78,4 milhões, depois de a dívida do município ter sido recalculada, a pedido do relator da solicitação na comissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

O pedido de crédito de São Bernardo — que será ainda apreciado pelo plenário do Senado — foi feito em julho de 1996. "Tomem todos os cuidados para evitar novos erros envolvendo precatórios", afirmou Suplicy.

Segundo o relator, o parecer incluiu as observações do senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), que havia pedido vista do processo. Consta do parecer incluída a listagem nominal contendo a relação de todos os credores que serão pagos com o dinheiro dos títulos emitidos.



Fogaça relator

Autorizadas operações para estados e municípios

Parecer do relator, senador Leonel Paiva (PFL-DF), favorável ao contrato de refinanciamento de dívidas do governo do estado do Espírito Santo com a União, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal. A matéria depende ainda de análise do plenário do Senado. O contrato trata da rolagem assinada no dia 24 de março deste ano e envolve um total de R\$ 429.887.648,70.

A dívida a ser refinanciada será amortizada em 360 prestações mensais e consecutivas. O contrato também prevê que a União deverá financiar o saneamento do Banco do Espírito Santo (Banestes), até o limite de R\$ 225 milhões, mediante contrapartida de igual valor por parte do estado. Também permite que os recursos contratados junto à CEF para o Programa de Demissão Voluntária (PDV) sejam utilizados para o pagamento de salários dos servidores, que se encontram em atraso.



Leonel Paiva

(PFL-SC), para que seja enviado expediente ao governador do Rio Grande do Sul, Antônio Brito, comunicando a inclusão de precatórios judiciais emitidos em 1995 no refinanciamento da dívida do estado a ser celebrado com a União.

A CAE aprovou parecer do relator, senador João Rocha (PFL-TO), favorável a projeto do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES). "O projeto exclui os livros e os meios de registro e reprodução magnéticos integrantes de acervos documentais da administração pública da caracterização como material permanente", explicou o autor em seu relatório.

A comissão também acolheu parecer do senador Bello Parga (PFL-MA) favorável a operação de crédito entre a prefeitura de Teresina e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O empréstimo, no valor de R\$ 18.454.510,00, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), é destinado ao Projeto Vila-Bairro.

Ao ser empossado, senador agradece o apoio dos colegas e promete prestigiar subcomissão encarregada de discutir a nova regulamentação do sistema financeiro nacional

Pedro Piva é eleito presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Por unanimidade, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) foi eleito ontem presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em substituição ao senador licenciado José Serra (PSDB-SP), atual ministro da Saúde. O senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), vice-presidente da comissão, conduziu a votação secreta e passou o cargo a Piva, que prontamente assumiu os trabalhos da CAE.

No seu discurso de posse, Piva - assumiu a vaga de Serra, como suplente - agradeceu a indicação de seu nome, feita pelo líder do seu partido, senador Sérgio Machado (CE). Piva ressaltou também que os demais líderes partidários no Senado contribuíram para conduzi-lo à presidência da comissão. "Agradeço ainda ao senador Jefferson Peres (PSDB-AM), que abriu mão de sua candidatura para que o partido esti-



Piva homenageou seus antecessores José Serra e Fernando Bezerra

vesse unido na votação", afirmou.

O novo presidente da CAE se disse honrado em suceder dois conhecedores profundos da economia brasileira: José Serra e Fernando Bezerra, também presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). "Sou testemunha do esforço de Bezerra, como diri-

gente maior da indústria brasileira, em prol do desenvolvimento, neste momento difícil da globalização", completou Piva. "O senador Piva tem longa vivência como empresário e sabe lidar com questões econômicas", observou Bezerra, ao devolver os elogios.

Já na primeira reunião sob a pre-

sidência de Pedro Piva, a CAE limpou a sua pauta de votações e ainda apreciou pauta extra com cinco itens. Piva reiterou que as reuniões acontecerão sempre às terças-feiras, às 10h. Por solicitação do senador José Fogaça (PMDB-RS), Piva comprometeu-se em prestigiar os trabalhos da subcomissão que trata da lei complementar do sistema financeiro nacional, composta durante a gestão do senador Gilberto Miranda (PFL-AM) à frente da CAE.

A eleição de Piva corrige a proporcionalidade partidária na divisão das presidências das comissões permanentes. O Regimento Interno, no seu artigo 60, assegura a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado.

Negada vinculação de verbas da privatização

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que determina a utilização nas áreas de saúde, educação e reforma agrária de 50% dos recursos obtidos com privatizações. O parecer contrário à proposta, do senador Esperidião Amin (PPB-SC), foi aprovado com apenas um voto contrário, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), e a abstenção do próprio Dutra.

- Quero transformar em lei o que já é propagandeado pelo governo... ou

seja, que o Estado deve se afastar das atividades econômicas para que possa se dedicar a áreas típicas de governo - afirmou Dutra, ao defender sua proposta.

O autor do projeto discordou da alegação do relator de que a Medida Provisória 1168/95 já destina recursos das privatizações para custear programas nas áreas de ciência e tecnologia, saúde, defesa nacional, segurança pública e meio ambiente. "O Congresso ainda não teve a oportunidade de se pronunciar sobre o assunto e o parecer

contrário não permite que isso aconteça", argumentou.

Para o senador Wilson Kleintübing (PFL-SC), a proposta é inócua. "Vincular receita à despesa é papel da lei orçamentária", afirmou. Amin esclareceu que não pode ser contrário à proposta de Dutra quanto ao mérito. "Ninguém votará contrário a mais recursos para esses setores", explicou. "Porém, amarrar o dinheiro da privatização a gastos nessas áreas parece inadequado na forma", justificou.

Comissão pede informações ao BC

Gracias à aprovação de requerimento do senador José Bianco (PFL-RO), a CAE solicitará ao Banco Central (BC) a relação dos devedores do Banco do Estado de Rondônia S/A (Beron). No requerimento, o senador observa que o Senado já havia autorizado a União a pagar essas dívidas e repassá-las ao governo do estado, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados, à exceção dos débitos que estão sendo cobrados judicialmente.

O senador quer saber também por que o Regime de Administração Temporária (Raet) foi prorrogado por mais 90 dias, quando o BC já decidiu liquidar o Beron, e quem arcará com o prejuízo diário do banco, que, segun-



Bianco apresentou requerimento

do ele, é de aproximadamente R\$ 600 mil. Também será solicitada a relação dos credores da Rondônia Crédito Imobiliário S/A (Rondopoup), que se encontra em fase de liquidação.

Outro requerimento de Bianco aprovado pela CAE determina que o Tribunal de Contas da União examine as contas bancárias mantidas nas

agências de Porto Velho do Banco do Brasil para movimentação de recursos de convênios firmados entre o governo de Rondônia e os ministérios da Saúde e do Planejamento, a Fundação Nacional de Saúde, a Sudama, o DNER, a Secretaria de Assistência Social (SAS), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Ministério do Planejamento.

A CAE recebeu correspondência do BC comunicando fatos envolvendo empresas estrangeiras, a Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (Caerd) e o governo de Rondônia, que podem implicar aumento do endividamento público do estado, sem autorização do Senado Federal.

CAE aprecia 31 matérias em sete sessões

Exercendo a presidência da comissão por sete sessões, o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), vice-presidente da CAE, distribuiu 146 processos aos senadores. A comissão apreciou 31 deles. Ele assumiu interinamente a CAE depois de o senador José Serra (PSDB-SP) ter tomado posse como ministro da Saúde, no final de março.

"A comissão teve um excelente presidente que flexibilizou seus trabalhos durante sua gestão", afirmou o senador Gilberto Miranda (PFL-AM), ressaltando também a atuação do senador Francisco Azeiteiro (PFL-MG), que se alterou com Bezerra na presidência da comissão, por ser o senador mais idoso da CAE. Bezerra "mostrou zelo na condução da comissão", segundo o líder do governo no Senado, Elcio Alvares.



Bezerra distribuiu 146 processos

"O cobertor é curto para cobrir todas as necessidades de municípios, estados e da União", afirma o vice-presidente do Senado aos participantes do movimento em favor de mudanças na distribuição de recursos

Melo recebe prefeitos e cobra reforma tributária

O primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), defendeu ontem a mudança da realidade fiscal e tributária do país, para evitar as queixas — dos prefeitos ao presidente da República, passando pelos governadores de estado — de que as contas entre receitas e despesas nunca fecham. O senador, no exercício da presidência da Casa, recebeu documento com reivindicações de prefeitos de todo o país que vieram a Brasília pedir ao governo federal um aumento nas

transferências de recursos.

O senador elogiou a mobilização, que reuniu 1.500 prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Boa parte deles leu as dependências do Auditório Petrônio Portella, na manhã de ontem. Geraldo Melo destacou a satisfação do Senado em ser o "anfitrião" das caravanas e prometeu que os parlamentares estudarão "com a atenção devida" o documento dos prefeitos e seus pleitos. Ele lembrou que "é no município que a voz do poder público chega ao cidadão, como também é no município que

se faz ouvir primeiro a voz da reivindicação".

Após falar aos prefeitos, o presidente em exercício do Senado destacou a necessidade de rever a atual realidade fiscal e tributária do país. "O cobertor é curto para cobrir todas as necessidades de municípios, estados e da União", afirmou. Os senadores Hugo Napoleão (PFL-PI), Sérgio Machado (PSDB-CE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Emília Fernandes (PDT-RS) e Francelino Pereira (PFL-MG) acompanharam Geraldo Melo no encontro com os prefeitos.



Vários senadores acompanharam Melo no encontro com os prefeitos

Emília alerta para situação dos municípios

Ao falar da Marcha a Brasília em Defesa do Município, que trouxe à capital federal cerca de 1.500 prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) disse ontem que é hora de o Brasil repensar sua legislação a respeito.



Emília Fernandes

Segundo Emília Fernandes, são graves as dificuldades vividas pelos municípios devido à concentração de recursos com o poder federal, "que os repassa conforme seus critérios". Essa

centralização, a seu ver, inviabiliza a administração municipal.

Emília comunicou que, após visitarem o primeiro vice-presidente do Senado, o senador Geraldo Melo, os prefeitos foram também recebidos pelo presidente da República em exercício, Antonio Carlos Magalhães.

Nas duas audiências, informou, os representantes municipais entregaram documento no qual estão relacionadas várias proposições que representam o pensamento de suas

entidades representativas.

Dentre elas, destacou a senadora, são priorizados o aumento dos recursos destinados ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o refinanciamento das dívidas municipais e o repasse de 100% da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) aos municípios. Os prefeitos querem ainda, de acordo com o documento, a regulamentação da cobrança da taxa de iluminação pública, a aprovação de lei complementar de Imposto Sobre Serviços (ISS) e o aumento do Piso de Atenção Básica (PAB) para minimizar os problemas administrativos.

Rocha critica policiamento e ausência de FHC

Ao classificar de "justíssimas" as reivindicações que os prefeitos trouxeram às autoridades em Brasília, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) lamentou que o presidente Fernando Henrique Cardoso esteja ausente da cidade, sob a alegação de compromissos internacionais. "A assessoria do Planalto está devendo uma explicação aos prefeitos, porque sua marcha até Brasília havia sido marcada com antecedência", protestou.

Para Rocha, o presidente Fernando Henrique tinha obrigação de re-

ceber os prefeitos, já que a audiência fora marcada e confirmada. "Se não pudesse atender todas as suas reivindicações, que se comprometesse no que fosse possível. Parece até que se ausentou expressamente para não recebê-los", enfatizou.

O senador pelo Maranhão protestou, ainda, contra o policiamento ostensivo que cercava o Planalto, quando os pre-



Sebastião Rocha

feitos para lá se dirigiam. "Foi uma medida descabida, como se houvesse intenção de invadir o Palácio. Por sorte, o presidente em exercício, senador Antonio Carlos Magalhães, interferiu, decidindo receber uma comissão de prefeitos, no gabinete presidencial, inibindo a disposição dos policiais de se confrontarem com os integrantes da marcha", afirmou Sebastião Rocha.

"Defesa civil foi a zero", denuncia senador

Na condição de senador nordestino, o primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo, debateu ontem os problemas da seca na região com o chefe do Centro de Previsão do Tempo do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), Francisco de Assis Diniz, em programa produzido pela TV Senado.

Para Geraldo Melo, os males da seca, "um fenômeno conhecido e que deveria ser tratado com a naturalidade com que os países do Hemisfério Norte lidam com a neve

no inverno", ficam agravados pela ineficiência da defesa civil do país.

Com o fim do Ministério do Interior, avalia o senador potiguar, "a defesa civil foi a zero". Melo entende que o governo federal vem gerenciando "com competência a tarefa de modernização do país e seu aprimoramento institucional, mas, como já disse o senador Lúcio Alcântara, cometendo falhas na administração das chamadas anormalidades". Ele relaciona entre essas "anormalidades" fenômenos como o recente incêndio em Rorai-

ma, o surto de dengue e a atual seca nordestina.

De acordo com Francisco Diniz, desde meados de 1997 os técnicos alertam o governo para a seca que viria atingir o Nordeste neste ano, em função do fenômeno *El Niño*, da mesma forma como alertaram os governos estaduais do Sul do país com relação à alta probabilidade da ocorrência de enchentes. Os prejuízos das enchentes não foram maiores, segundo ele, por causa das medidas preventivas tomadas pelos governadores.

Júnia pede ao governo pacto contra a seca

Um pacto com a sociedade, com a população excluída. Esse foi o pedido que a senadora Júnia Marise (PDT-MG) fez ontem ao pre-

sidente Fernando Henrique Cardoso. "Para salvar os banqueiros, o presidente foi lá e deu R\$ 25 bilhões. Está na hora de o presidente fazer um pacto com a sociedade e resolver de vez o problema da seca que atinge milhões", disse a senadora.

Júnia Marise disse estar perplexa diante da falta de ações eficazes por parte do governo federal, mesmo tendo sido alertado desde setembro do ano passado por técnicos de meteorologia de que a seca deste ano seria a pior do século. "Nada foi feito, absolutamente nada".

afirmou a senadora. "Fizeram ouvidos de mercador diante da situação, da seca que já atinge dois milhões de pessoas em Minas Gerais."

Em aparte, o senador Elcio Alvares (PFL-ES) disse que a seca também já atingiu o norte do Espírito Santo, mas que uma consciência de solução definitiva do problema já se consolida entre os administradores responsáveis. O sena-



Júnia Marise

dor lembrou que o Senado aprovou projeto de resolução que autoriza o financiamento de US\$ 198 milhões para o Proágua, que serão empregados em obras de açudes, barragens e poços artesanais em toda a região abrangida pela Sudene.

Francelino quer ação no norte de Minas

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) pediu ontem união para ajudar a diminuir os efeitos da seca no norte do estado de Minas Gerais. Ele indicou a criação de frentes produtivas de trabalho, que permitiriam aos moradores não só ter rendimentos, como produzir.

Francelino destacou que visita mensalmente o local atingido e que, apesar do muito já providenciado, ainda há muito a fazer no combate ao problema. O senador lembrou que as regiões mais atingidas são os vales do Jequitinhonha, do São Francisco, do Mucuri e do São Mateus.

Segundo Francelino, o norte de Minas, apesar dos problemas, conseguiu grande prosperidade graças ao trabalho feito para retirar a região do clima de instabilidade e insegurança econômica. Mas hoje, disse o senador, a região vive uma das secas mais graves dos últimos anos.



Francelino

Benedita lamenta testes nucleares da Índia e defende a paz

"A luta pela paz deve ter como única arma a argumentação", disse ontem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao definir como um pesadelo as explosões nucleares realizadas nos últimos dias pela Índia, a 150 quilômetros de sua fronteira com o Paquistão, com quem já travou três guerras

que pode se armar em resposta à Índia, ela lastimou que, em 1996, os dois países tenham perdido a oportunidade de assinar tratado firmado entre 149 países para proibir os testes nucleares.

"Diante disso, tudo leva a crer que já havia uma intenção deliberada de ações nesse sentido", analisou Benedita da Silva, observando que possivelmente o Paquistão também já estava se preparando para reagir à ação da Índia. "O que presenciamos, na verdade, é um espírito de morte rondando aquela região, deixando todos tensos, inclusive nós aqui no Brasil", afirmou a parlamentar.

A senadora informou ter feito um levantamento dos países que oficialmente declararam possuir ogivas nucleares, constatando que o mundo está minado. "Tudo isso serve para demonstrar a fragilidade da paz vigente, pois basta um conflito entre as potências nucleares e toda a vida sobre o planeta estará ameaçada". Ela apontou como uma contradição achar que, para haver paz, é preciso que todos se armem.



Benedita teme conflito na Ásia

nos últimos 50 anos.

Conforme a senadora, esses testes podem desencadear uma corrida nuclear na Ásia e no mundo, e reacendem a tensão em que o planeta vivia ante a ameaça de guerra atômica entre as grandes potências. Lembrando que o Paquistão já avisou

Cabral diz na TV que não há respaldo para nova revisão

A Constituição de 1988 tem erros e equívocos, mas não existe respaldo no direito constitucional para uma nova revisão. Essa é a opinião do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, Bernardo Cabral, manifestada em entrevista à

TV Senado.

Para Cabral, a revisão realizada em 1993 fracassou por falta de coordenação adequada. Agora, as mudanças necessárias devem ser feitas através de emendas ao texto constitucional, defendeu no programa, que vai ao ar hoje às 7h e às 9h30.

Senador apoia uma legislação mais rígida para os partidos, valorizando a ética na política e o trabalho do Legislativo

Maldaner aplaude campanha para conscientizar eleitor

Ao enfatizar a gravidade dos problemas sociais no Brasil, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) aplaudiu a iniciativa da Arquidocese de São Paulo de promover uma campanha de conscientização dos eleitores para o valor fundamental da escolha de seus representantes na Câmara e no Senado, no entendimento de que o Poder Legislativo pode ter um papel decisivo na construção de uma sociedade mais justa.

Para Maldaner, essa iniciativa vem reforçar as diretrizes do Jubileu do Ano 2000, promovido pelo papa João Paulo II, com vistas a obter concórdia do mundo inteiro sobre a urgência de fazer predominar a justiça e a solidariedade, para promover o resgate de dívidas sociais que pesam sobre a maior parte da humanidade. Trabalhando nes-



Maldaner: fidelidade partidária

sa mesma direção, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) vem promovendo as Semanas Sociais Brasileiras, em que professores e especialistas se dedicam a informar melhor a população a respeito da conduta governamental, conscientizando-a sobre o capital significado do Legislati-

vo e, assim, a necessidade de o eleitor acompanhar, atentamente, a atuação daqueles em quem votou, destacou.

— Predomina, aqui, a fusão de princípios de ética, sem os quais tudo se torna vão. Convoca-se o eleitor a uma luta na política, pondo-se fim ao triste espetáculo de troca de legendas partidárias, levando a infidelidade aos eleitores a extremos lastimáveis que atingem a própria nação — observou o senador catarinense.

Maldaner afirmou ser a ausência de ética a fonte de muitos males que atingem o Brasil, desmoralizando nossas agremiações e atingindo a honorabilidade do Congresso Nacional. "Esse problema somente encontrará solução em legislação mais rígida sobre partidos políticos", finalizou.

Camata condena Stédile e aguarda posição de Lula sobre multinacionais

"Gravíssimas" e "estrangeiradoras" — assim o senador Gerson Camata (PMDB-ES) classificou ontem as afirmações feitas pelo líder do Movimento dos Sem-Terra (MST), João Pedro Stédile, de que, participando de um governo eleito pelo PT, incentivará o Brasil a acabar com a atuação das multinacionais. Segundo Camata, Stédile fez tais declarações no exterior, aconselhando empresários estrangeiros a não inves-



Camata aponta objetivo de destruição

tir no Brasil.

O comentário de Gerson Camata foi feito durante reunião da Co-

missão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado. Para o senador, esse tipo de declaração joga "com a destruição e não com a construção" do Brasil. Ele cobrou uma explicação oficial sobre as declarações de Stédile do candidato do PT às eleições presidenciais, Luís Inácio Lula da Silva. "Lula vai ter que vir a público para se pronunciar se está ou não ao lado desse homem", disse o senador.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sobre a proposta de uma nova revisão constitucional
- 8h - "Agenda Econômica" - entrevista com o deputado federal Delfim Netto (PPB-SP) e a jornalista Cláudia Safatle sobre o déficit público brasileiro
- 9h30 - Entrevista com o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sobre a proposta de uma nova revisão constitucional
- 10h - "Agenda Econômica" - entrevista com o deputado federal Delfim Netto (PPB-SP) e a jornalista Cláudia Safatle sobre o déficit público brasileiro
- 11h - Comissão de Constituição e Justiça - apreciação do substitutivo às propostas de emendas constitucionais que tratam da imunidade parlamentar
- 14h30 - Sessão plenária deliberativa (vivo)

- Logo após: Comissão de Assuntos Sociais - apreciação do projeto de lei que dispõe sobre o benefício previdenciário complementar às vítimas e aos dependentes dos motoristas profissionais de veículos automotores de carga e de passageiros, decorrente de acidente de trânsito (pré-gravado)
- 19h - Sessão do Congresso Nacional (ao vivo)
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 0h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - "Debate" - com o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) e o deputado federal Paulo Lustosa (PMDB-CE) sobre a Fundação Pedrosa Horta
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h15 - "Senado em Pauta"
- 2h30 - "Fala, Cidadão"

- 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 6h40 - "Senado em Pauta"

Obs: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão"

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

Frente leva abaixo-assinado ao presidente da República em exercício e pede que ele assuma a função de mediador entre os professores universitários em greve e o governo federal

Parlamentares apelam a ACM

Hollanda debate com estudantes

Um grupo de estudantes catarinenses quer debater a crise nas universidades federais com os principais dirigentes do país. Preocupados com a grande duração da greve nas instituições federais de ensino superior (47 dias), os estudantes encaminharam documento à Comissão de Educação (CE), expondo a situação atual na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Eles foram recebidos pelo vice-presidente da CE, senador Joel de Hollanda (PFL-PE), com quem discutiram os problemas da educação de nível superior no país.

O senador parabenizou os estudantes por tomarem a iniciativa de discutir a situação universitária: "Por isto fiz tanta questão de recebê-los", afirmou. Para ele, o grande pecado do Brasil é que "as pessoas acham que a cidadania só se exerce no dia da votação", lembrando que, no Nordeste, se troca voto até por dentadura. O senador disse que a cidadania deve ser exercida em todos os momentos.

Joel de Hollanda afirmou que a CE está aberta para que os estudantes encaminhem sugestões sobre a educação do país.

Talvez possamos aproveitar uma emenda de vocês – ressaltou. O vice-presidente da comissão comprometeu-se a encaminhar a carta dos estudantes ao ministro da Educação, Paulo Renato.

Durante a reunião, Joel de Hollanda respondeu a perguntas formuladas pelos estudantes. Disse que não há nenhuma proposta em discussão na comissão para que se cobrem mensalidades nas universidades públicas. O senador afirmou que o que está em discussão é uma maior autonomia para as universidades. Com a autonomia, essas instituições ficarão livres para escolher outra fonte de financiamento para seu funcionamento.

O presidente da República em exercício, senador Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem um apelo para que assuma o papel de mediador na busca de uma saída para a greve dos professores universitários, que já chegou ao 46º dia sem que uma solução esteja à vista.

A solicitação chegou a Anto-

nio Carlos através de uma representação da Frente Parlamentar em Defesa do Sistema de Ciência e Tecnologia, integrada pelos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) e vários deputados federais, que entregaram ao senador um abaixo-assinado com mais de 200 assinaturas.

O encontro aconteceu ontem à tarde, no gabinete da presidência do Senado. Os parlamentares disseram ter solicitado a cooperação de Antonio Carlos para viabilizar a abertura das negociações entre os professores grevistas e o Ministério da Educação, evitando a radicalização de posições.

Palmeira acha que solução é autonomia

O direito de a universidade pública ter autonomia para decidir sobre seu patrimônio, dispêndios, caminhos e alternativas para o futuro foi defendido ontem pelo senador Guilherme Palmeira (PFL-AL).

"Ou elas têm autonomia de gestão e fixação dos seus limites de financiamento, em função do serviço que prestam à sociedade, ou dependem exclusivamente do poder público", argumentou o parlamentar.

Ele afirmou que, sem autonomia, a universidade perde sua gestão administrativa, pedagógica e financeira, correndo o risco de deixar de ser universidade, em sua significação histórica. Também explicou que a autonomia implica o dever de correr riscos quanto ao próprio destino e qualidade. E observou que não é a retórica que vai resolver esse desafio, mas a convicção de que "o pensamento precede a ação e a reflexão precede a solução".

– Fora da reflexão, análise e en-



Palmeira pede reflexão

tendimento, a universidade pública não tem futuro, nem solução, e quem perde com isso não são apenas os reitores, alunos, professores e funcionários, mas o Brasil – advertiu Palmeira.

Depois de lembrar que 450 mil jovens em busca de formação profissional estão, atualmente, sem aula, aguardando o fim da greve, o senador louvou a iniciativa de criação da Frente Parlamentar das Instituições de Ensino Superior.

Ele também observou que a amea-

ça do impasse nessa greve reside na aparente impossibilidade de se harmonizar a proposta do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, com as reivindicações salariais dos docentes e servidores.

De acordo com o parlamentar, são precárias as condições materiais das universidades públicas, mas também é incontestável que as universidades oficiais padecem de distorções que não podem ser desconsideradas na avaliação de sua realidade atual.

Segundo Palmeira, as deficiências decorrem do velho desafio histórico, que remonta ao fato de que o Brasil foi o último país deste continente a ter universidade. Lastimando que a universidade brasileira seja uma criação tardia, ele disse que do conflito de posicionamentos políticos, filosóficos e ideológicos surgiu a questão que vem se desdobrando ao longo dos anos, refletindo-se na crise enfrentada hoje.

Josaphat defende ação do Senado

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) pediu ontem, em discurso no plenário, que a Mesa do Senado atue como mediadora junto ao Poder Executivo, para que se encontre uma solução para a greve nacional dos professores universitários. Ele lembrou que o movimento já dura mais de um mês e atinge 52 universidades.

Josaphat lembrou que, neste momento, a abertura de diálogo com a participação do Senado poderá ter boa acolhida junto ao Executivo, uma vez que o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, ocupa interinamente a Presidência da República.

– É preciso encontrar uma solução sem desprestígio da autoridade nem humilhação da comunidade universitária – disse o senador. Josaphat fez o pedido após



Josaphat: saída sem humilhação ter participado, ontem, de uma reunião com professores, alunos e servidores da Universidade Federal da Bahia, onde ouviu informações sobre a greve e seus motivos.

Ele acredita que o caso requer especial ponderação. Lembrou que não se trata de uma greve violenta e que a justiça de parte das reivindicações dos professores é

reconhecida pela administração federal. Para Josaphat, tomando conhecimento da situação, o senador Antonio Carlos Magalhães, como presidente interino, poderá encontrar um caminho adequado para solucionar o problema.

Josaphat lembrou que o ministro da Educação deu como prazo final para o término da greve o próximo dia 23, a partir de quando o ponto dos servidores será cortado e haverá descontos nos salários.

"Não é o momento de discutir a precedência da greve nem a reação do ministério; o assunto vem perturbando a vida universitária", disse Josaphat. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), na presidência da sessão, afirmou que o apelo de Josaphat será encaminhado ao Poder Executivo.

Ademir pede apoio a colonos

Cerca de mil e duzentas famílias vinculadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST), assentadas pelo Itara nas áreas próximas ao município de Tucuruí, no Pará, não estão recebendo a assistência



Ademir

prometida pelo Ministério da Reforma Agrária e passam fome e outras necessidades há quase seis meses. A denúncia foi feita ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), ao cobrar do governo federal as promessas feitas aos assentados de que estes teriam as terras, financiamentos para produzir e moradias.

Ademir Andrade disse que "o governo federal deve estar esperando algum tipo de violência para cumprir suas promessas" e lamentou que a situação possa se agravar no momento em que foram suspensas as cestas básicas distribuídas às famílias pelas autoridades. O senador informou que um grupo já invadiu a propriedade de Beija Flor, na esperança de negociar com o governo o imediato cumprimento do programa fundiário na sua totalidade.

Rocha rebate críticas

"O projeto não foi meu, foi proposta do governo", afirmou o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) rebatendo críticas da imprensa paulista à lei que regulamenta os planos de saúde, recentemente aprovada no Congresso, com um substitutivo de sua autoria. "Será porque venho do pequeno Amapá?", perguntou.

Rocha citou o jornalista Luís Nassif, da *Folha de S. Paulo*, que alegou ter o Congresso Nacional, na pessoa do relator do projeto, patrocinado a tributação ao exigir que as operadoras de planos de saúde compensem o Sistema Único de Saúde, quando seus segurados forem atendidos pelo sistema. "Considero o ressarcimento justo e legítimo, mas a proposta foi do presidente Fernando Henrique Cardoso e de José Serra, ambos paulistas como ele", enfatizou.